

O racismo no ambiente escolar: Como enfrentar esse desafio?
Racism in the school environment: How to face this challenge?

Ana Márcia Ribeiro de Miranda Macedo¹
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Resumo: Este artigo tem objetivo de discutir o racismo no ambiente escolar, levando em consideração as seguintes discursões: a trajetória dos negros na educação, como tem sido essa problemática em relação ao preconceito e as políticas públicas voltadas para essa questão. Além disso, é abordado o racismo no contexto escolar, juntamente com a política do branqueamento, o mito da democracia racial e as diferenças de igualdades no ambiente escolar. Desse modo, busca “possíveis soluções” para que a escola busque trabalhar as diferenças não somente um dia do ano, como o caso do Dia da Consciência Negra, mas no decorrer das aulas. E, por último, são abordadas as intervenções da prática docente em busca de trabalhar com as diferenças de raças e diminuir os conceitos estereotipados de que o aluno negro tem desvantagem no aprendizado. Nesse sentido, é importante que os professores trabalhem as diferenças de raças, culturas e costumes nas aulas, num fazer pedagógico onde as diferenças sejam vistas apenas como mais uma opção do trabalho docente.

Palavras-chaves: Raça; escola; preconceito.

Abstract: This article aims to discuss racism in the school environment, taking into account the following discourses: the history of black in education, how this issue occurs regarding prejudice and public policies for this issue. Moreover, racism is addressed in schools, along with bleaching politics, the myth of racial democracy and differences in equalities in the school environment. Thus, the essay researches “possible solutions” for the school to deal with the differences not only one day of the year, as the case of Black Consciousness Day, but during the classes. And lastly, it addresses the interventions of teaching practice in search of work through differences of races and reduce stereotyped concepts of the black student has a disadvantage in learning. In this sense, it is important for teachers to approach the differences of races, cultures and customs in class, a pedagogical practice wherein differences are seen only as an option of teaching.

Key-words: Race; school; prejudice.

Submetido em 15 de abril de 2016.

Aprovado em 24 de setembro de 2016

¹ Graduada em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pelo Centro Universitário Luterano de Palmas, Pós-Graduada em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria do Sul e Professora Efetiva da Educação Básica, da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: ana_marcia85@hotmail.com

Introdução

A questão racial no Brasil vem sendo discutida ao longo dos tempos por teóricos e estudiosos de áreas como sociologia, antropologia, história e biologia. Isso se deve ao fato do Brasil ser um país caracterizado pela diversidade étnica-racial, resultado desse de um processo construído historicamente pelas relações interracialias. Além disso, há também o domínio de uma raça em relação outra, justificada pela dominação de classes superiores em relação às inferiores, ou seja, entre colonizadores e colonizados, elementos esses em que os conquistados sempre foram discriminados por causa de sua raça e dominados pelos colonizadores que tinham acesso à educação, visto que a educação não era para todos.

Apesar de movimentos sociais expressivos que envolvem grupos dos povos negros perpassarem toda a História do Brasil, em busca de conquista em favor da igualdade de deveres essas manifestações eram clandestinas. Somente a partir da Abolição da Escravatura, em 1888, cujo objetivo era libertar os escravos, os quais eram propriedades privadas dos colonizadores, que os movimentos ganharam mais relevância.

Perpassando pelos primeiros movimentos como: Quilombagem, Movimentos negros do Rio Grande do Sul, vale destacar um dos mais recentes da história do nosso país, como por exemplo, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida em 1995, cujo objetivo foi denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida em que exigia o fim do racismo, a ação urgente do Estado brasileiro contra as desigualdades raciais e pela melhoria das condições de vida da população negra. Apesar disso, o Brasil é um país que ainda se apropria de uma possível “democracia racial”, mito este que está longe de acontecer, já que o preconceito fenótipo (contra cor da pele, do cabelo e outras características físicas) é existente de forma disfarçada.

Diante dos movimentos sociais e da luta pelos seus direitos, na busca de mostrar que as diferenças entre as pessoas são diversidades culturais existentes e étnicas, tais movimentos lutam por igualdade na educação já que a Constituição diz que a Educação é direito de todos. Porém a questão do preconceito racial está enraizada nas diferenças entre as pessoas, ocorrendo um preconceito em aceitar o outro com suas diferenças culturais e étnicas. McLaren denomina preconceito assim:

Preconceito é o prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação. (MCLAREN, 1997, p. 212)

Baseado nisso, e diante do trabalho na unidade escolar atual, e da prática docente em sala de aula, onde observo os preconceitos raciais nas escolas, pois o negro ainda é visto para servir o branco, devido à longa história da escravidão, observa-se a falta de autoestima dos alunos negros que recebem apelidos inferiorizados e que muitas vezes repetem o ano, ou até mesmo desistem das aulas e acabam se inserindo na marginalidade dos dias atuais.

Diante de tais problemas, esse artigo buscar refletir sobre a história dos povos negros na Educação, o racismo no contexto escolar e as intervenções da prática docente. Para isso, o artigo terá embasamento teórico de Bernardo (2006), Cavalleiro (2003), Fleuri (2001), Gomes (1996), PCNs (1997), Woodward (2000) e outros.

1. História dos povos negros na educação

No âmbito federal, algumas políticas públicas vêm sendo trabalhado, através do Governo Federal, a fim de minimizar os problemas causados pelas desigualdades raciais durante toda trajetória de preconceito, existente ao longo da história do Brasil. Um exemplo disso foi a implementação de algumas políticas educacionais como o Decreto 4.886/20/11/2003 que determina A Política Nacional da Promoção da Igualdade Racial/PNPIR e a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” e, mais recentemente a que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Com o objetivo de melhorar as oportunidades entre classes raciais e étnicas, a educação precisa estar atenta às essas leis e saber como regem, a fim de trabalha-las, levando em conta sua gestão, estratégia e organização. Nesse sentido, é necessário instrumentalizar o corpo discente e garantir a conscientização dos deveres do processo educacional. Acredita-se que a implementação é o mote mais importante do movimento

negro, por ser considerado um marco normativo importante em termos de política de diversidade. Assim, leva-se em conta o que os PCNs diz:

Uma proposta curricular voltada para a cidadania deve preocupar-se necessariamente com as diversidades existentes na sociedade, uma das bases concretas em que se praticam os preceitos éticos. É a ética que norteia e exige de todos, e da escola e educadores em particular, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação. (BRASIL, 1997, p. 129).

Dessa forma observa-se que os empecilhos são muitos no que se refere a “igualdade” da diversidade na sociedade, “pois estamos diante de um tipo de racismo, um racismo silencioso e sem cara que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade das leis (...)” (SCHWARCZ, 1998, p. 183). Essa ideia é marcada historicamente pela desigualdade onde o racismo só se afirma na intimidade, no privado.

Mesmo com esse racismo silencioso e apesar dos poucos avanços em relação à educação dos povos negros e os desafios a serem enfrentados, sabe-se que nos últimos anos já teve uma melhoria significativa, visto que a educação no Brasil, num contexto geral, teve um crescimento a partir da década de 1970 com a democratização da escola pública. Tempos atrás era reservado para eles somente uma instrução basicamente cristã, com o intuito de doutriná-los, não permitindo as crianças negras o ingresso nas escolas públicas, como determinava a lei nº 14 de 22/12/1837. De acordo com (BERNARDO, 2006, p. 69) essa lei, no artigo 3º cita que “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Parágrafo 1ª Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas”. Parágrafo 2ª “Os escravos e os pretos africanos, ainda que Libertos”. Leis essas que contribuem para o crescimento do preconceito e aumento da discriminação racial e exclusão do negro da igualdade de oportunidades. Gomes (1996) afirma que

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileiras, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as. (1996, p. 69).

Dessa forma, em se tratando de conflitos de educadores e educandos, nota-se que muitos professores têm preconceitos com alunos de raça negra e não discutem questões raciais na sala. Além disso, usam termos como, por exemplo: “aquela moreninha”, “a aluna de cabelos encaracolados” e essas atitudes contribuem para o

conflito maior entre professor/aluno, já que não são discutidas e esclarecidas questões raciais e de gênero.

Não podemos negar que o número de educadores e educadoras atentos a essas questões tem aumentado nos últimos anos, porém maioria ainda prefere discutir a escola somente do ponto de vista socioeconômicos. Tal atitude é reducionista, pois existem outras relações dentro da instituição escolar (...) não são apenas aqueles pertinentes à questão social. São também raciais e de gênero. (GOMES, 1996, p. 69)

Isso mostra o que faz parte ao longo de nossa história, na qual a colonização se fez presente, a escravidão e o autoritarismo que tem contribuído para o sentimento de inferioridade do negro brasileiro. A ideologia da degenerescência do mestiço, o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial foram os mecanismos de dominação ideológica mais poderosos já produzidos no mundo, que permanecem ainda no imaginário social, o que dificulta a ascensão social do negro, pois este é visto como indolente e incapaz intelectualmente. No entanto, tais ideologias não percebem que essas diferenças entre brancos e negros são diferenças de identidade que, numa abordagem antropológica, a identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão social.” (WOODWARD, 2000, p.40).

O que Woodward (2000) afirma que cada população tem suas características e a identidade depende da diferença. São as diferenças culturais de um povo, de uma raça. Nesse contexto estudado, observa-se que os povos negros são diferentes dos povos brancos, mas isso não o diminui na sua capacidade de aprendizado, a menos que a oportunidade dada a eles são minorias, como já vimos anteriormente.

2. O racismo no contexto escolar

A política de branqueamento por alguns estudiosos como o médico Nina Rodrigues que caracterizou o racismo no Brasil foi gerada por ideologias e pelos estereótipos de inferioridade e/ou superioridade raciais. A ideologia do branqueamento teve como objetivo propagar que não existem diferenças raciais no país e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos (mito da democracia racial). Porém, com o tempo, a teoria do branqueamento não se propagou, visto que a maioria da população

brasileira é uma miscigenação de raça, principalmente na região norte e nordeste do país.

O contexto escolar, como é visto pela sociedade brasileira possui um método tradicional, que se destaca à figura do professor, ou seja, o regente do ensino. Assim, o professor regente precisa ter o domínio de sala de aula, ou seja, “domínio discursivo” frente aos seus interlocutores. Dessa forma, segundo Foucault *apud* Brandão (1994, p. 37) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerador de poder.

Nesse contexto observa-se que o discurso se dá de forma institucional, através da hierarquia que existe no ensino, o qual segundo Foucault (1969, p. 146), “é um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva (FD)”

Assim, Brandão (1994, p. 44) demonstra o “discurso escolar” ao retratar que:

no interior de uma instituição escolar há “o lugar” do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedade diferenciais. No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem si mesmo e ao outro. (1994, p. 44)

Com isso observamos que o professor é o emissor com o seu interlocutor que é o aluno e, dessa forma, possui relevância na atuação do discurso no ensino, do cotidiano de sua prática docente. Além disso, o discurso frente às diversidades ético-racial na escola parte do professor, diversidades que são vistas pela sociedade como inferiorizadas devido o preconceito racial.

Essa tese de branqueamento foi defendida também pelo escritor Gilberto Freire, considerado um dos percussores do “mito da democracia racial” acreditando que existe, no Brasil, a igualdade de oportunidades para brancos, negros e mestiços. A disseminação desse mito permitiu esconder as desigualdades raciais.

De lá para cá, o nosso cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial, aspectos esse da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar de a escola inculcar o saber dominante, essa educação problematizadora poderia tornar mais evidente à cultura popular. Um exemplo que pode ser citado é que as

escolas falam de povos negros somente na data da Consciência Negra, dia 20 de novembro, enquanto que na maioria do ano essa problemática não é lembrada.

Por isso, o trabalho de consciência desse ser discutida no decorrer das aulas, pois a escola é o espaço onde acontecem os debates, momentos de socialização de crianças, adolescentes de diferentes culturas e identidades e é nesse processo que estabelecem um convívio social harmonioso ou conflituoso da criança, fazendo com que a criança negra tenha em alguns momentos uma postura introvertida. Essa situação ocorre, pois a criança negra tem medo de ser discriminada e é quando inicia assim um processo de desvalorização de suas competências individuais, que vão de alguma forma interferir na construção de sua identidade, favorecendo a disseminação do preconceito.

Dessa forma, cria se um elo de reconhecimentos de identidade e ocorre o processo do olhar do outro, olhar esse que vai valorizar as habilidades e proporcionar pensamento positivo, a fim de pertencer a um grupo social engajado no desenvolvimento e no aprendizado, sem considerar as diferenças de raciais e culturais, já que o professor é visto como emissor no ambiente social e é o sujeito capaz de auxiliar na construção de identidade dos alunos (MOITA LOPES, 2006). É fundamental que a escola trabalhe e aborde temas que debatem sobre a discriminação, pois ela não deve ser vista apenas como vítima dos problemas e deve, antes de tudo, discutir a problemática, com consciência, promovendo a reflexão individual e coletiva, de acordo Moita Lopes (2006):

As pessoas ocupam, assim, posições diferentes nas construções do discurso a partir de como estão situadas nas práticas discursivas. Desse modo, nessas práticas em sala de aula, por exemplo, os participantes estão posicionados de formas diferentes no exercício do poder, o que possibilita ao professor a determinação dos tópicos interacionais [...] tendo suas identidades sociais construídas. (2006, 197 – 198)

Desta forma, nota-se que o profissional docente seja capaz de promover, através de seu discurso, uma política racial igualitária, ajudando assim a disseminar a consciência de igualdade racial nos diferentes contextos sociais dos receptores de seu discurso. Trabalhar com os professores uma proposta multicultural e debater as diferenças de culturas existentes num determinado grupo é uma abordagem significativa para diminuir preconceitos, conforme afirmam os autores Teles e Mendonça, (2006):

considera-se que a alternativa viável para as mudanças de postura dos profissionais da Educação, requeridas em favor de uma Educação de qualidade, são os processos de autoformação conjunta e partilhada, sistemática e continuada, que devem ocorrer no interior das escolas, concomitantemente ao exercício da docência e promovidos pelas equipes gestoras dos sistemas de ensino, a partir da responsabilidade das três

esferas – municipal, estadual e federal –, e dos gestores das próprias escolas. (2006, p. 21)

Assim os sistemas de ensino devem oportunizar aos educandos a capacitação profissional, para trabalhar as diversidades étnico-raciais, com objetivo de ampliar seus conhecimentos e proporcionar orientação de trabalho com os alunos. Construir um currículo multicultural é respeitar as diferenças raciais, culturais, étnicas, de gêneros e outros. Pensar num currículo multicultural é opor-se ao etnocentrismo e preservar valores básicos de nossa sociedade. Diante disso, é importante que os professores conheçam a comunidade que os alunos fazem parte e assim os torne livre de preconceitos e discriminação.

3. Intervenções da prática docente no âmbito escolar

Nos últimos anos, no Brasil, têm ocorrido mudanças no que se refere a políticas públicas em relação às desigualdades à temática racial, principalmente em relação às cotas nas universidades, apesar de polêmicas, esse “privilégio” tem dado acesso aos povos negros nas universidades brasileiras, sendo vista por estudiosos como uma das ações afirmativas. Além de alterar a Lei 9.394/1996), que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", o Prouni (Programa Universidade Para Todos) e o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas. Assim, nota-se que o movimento negro tem conseguido enfrentar as visões estereotipadas e preconceituosas presentes nas salas de aula e nos livros didáticos.

Com esses avanços, e diante dos casos de preconceitos estereotipados, que o alunado negro passa na escola, como apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas que sugere incapacidade, criticando seus traços físicos, a forma dos cabelos, fazendo pouco de suas tradições, religião e cultura é necessário que existam professores capacitados para lidar com esse tipo de situação e promover o estudo sobre a diferença étnica-racial e sobre multiculturalismo da cultura brasileira:

o multiculturalismo reconhece que cada povo e cada grupo social desenvolvem historicamente uma identidade e uma cultura própria. Considera que cada cultura é válida em si mesma, na medida em que corresponde às necessidades e às opções de uma coletividade. Ao enfatizar a historicidade e relativismo inerentes à construção das identidades culturais, o multiculturalismo permite pensar alternativas para as minorias. Mas também, pode justificar a fragmentação ou a criação de guetos culturais, que reproduzem desigualdades e discriminações sociais. (FLEURI, 2000, p. 48)

Dessa forma a escola deve ter em suas ações atividades para o alunado de diferentes cultura e identidades, com o intuito de emergir no contexto das lutas contra os processos crescentes de exclusão social. Nesse sentido, Fleuri (2000) afirma que surgem movimentos que reconhecem o sentido e a identidade cultural de cada grupo social e buscam desenvolver a interação e a reciprocidade entre grupos diferentes de crescimento cultural e enriquecimento mútuo, a fim de amenizar os conflitos entre as diferenças de raça e cultura na escola.

Segundo Cavalleiro (2003), na escola, em situações em que há conflitos entre crianças, são vencedoras da disputa aquelas que utilizam xingamentos que se referem à raça negra de forma negativa. A inação das crianças negras xingadas revela uma mistura de “medo, dor e impotência”. Esse tipo de preconceito gera, sobre o alunado negro, quadro de agressões materiais ou simbólicas, de caráter não apenas físico e/ou moral, mas também psíquico.

Assim o é ideal que o educador esteja atento a qualquer forma de tratamento discriminatório, como ironias, tom de voz e outras xingamentos que possam diminuir o educando. Porque em qualquer tipo de discriminação, seja qual for o formato do preconceito racial, o aluno que sofre esse abuso pode chegar até à “reprovação, dependendo do dano psicológico e emocional causado à criança” (CAVALLEIRO, 2003, p. 81-89).

Considerações finais

Pensar numa escola onde não há diferenças culturais e que não haja preconceito, infelizmente, é um mito que acontece ainda em pleno século XXI. Porém, a luta deve continuar, já que somos uma “democracia de país” e temos que buscar a erradicação do preconceito racial, pois somos iguais diante das leis da Constituição Federal de 1988.

Nós educadores temos que ter o conhecimento e o discernimento no que se referem os mecanismos da dominação cultural, econômica, social e política, de toda história do nosso país ampliando os nossos conhecimentos antropológicos, além de termos práticas voltadas para diferenças de raças e de preconceitos raciais e desumanas que acontecem na nossa sociedade. Muitas vezes, os professores nem tem conhecimento da diversidade racial que o país tem e não sabe trabalhar essas diversidades como as diferenças de culturas, e suas contribuições na formação do nosso povo. Os professores

muitas vezes ignoram as dificuldades do aluno que advêm do processo que está relacionado à sua cultura, tão desrespeitada ou até ignorada pelos professores.

A capacitação dos professores, a partir do Projeto Político Pedagógico, com objetivo de trabalhar no decorrer do ano letivo, programar abordagem voltadas para o livro didáticos, a fim da possibilidade e a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa, assim, podemos deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem étnico-racial, como cita os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (1997, p. 35)

Nessa perspectiva é fundamental que o trabalho docente saiba de estratégias de como trabalhar a prática pedagógica. É preciso que tome consciência do trabalho como mediador do conhecimento e não autoridade máxima no seu trabalho docente. Analisar, com visão geral, a sala e suas etnias raciais é um principal passo, para detectar a pluralidade de multiculturalismo, pois a escola, em alguns casos, foi formada como reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta, que dita às regras e determina o que deve ser transmitido aos alunos. No entanto, se o professor for desafiador e tiver olhar crítico sobre a educação, poderá questionar esses valores e saberá tirar desse conhecimento o que ele tem de valor universal.

Referências

BRASIL, *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.*

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas – SP: Ed. Unicamp, 1994.

BERNARDO, Sérgio São. *A trajetória das ações afirmativas no Brasil*. Única ed. Revista Afro UFU. Revista do Projeto Inclusão de Negros(as)no Ensino Superior. Universidade Federal de Uberlândia. Março, 2006.

CAVALLEIRO, Elaine. *Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. In: CAVALLEIRO, Elaine. Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2003.

FLEURI, Reinaldo Matias. *Desafios à educação intercultural no Brasil*. Revista PerCursos, nº. 1, p. 109-128, 2001.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1969.

GOMES, Nilma Lino. "*Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade*". *Cadernos Pagu: raça e gênero*, Campinas: Unicamp, v. 6-7, p. 67-82, 1996.

MCLAREN, Peter. *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas-SP. Mercado das letras, 2006.

NOVAIS, Fernando. *Historia da Vida Privada no brasil*. São Paulo: Cia de letras. Pag.209-255 Texto de Schwarcz, Lilia Mortz "Nem preto, nem branco, muito pelo contrario, cor e raça na intimidade". (1998).

TELES, Jorge Luiz; MENDONÇA, Patrícia Ramos. *Educação na diversidade: experiências de formação continuada de professores*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

WOODWARD, K. *Identidade e Diferença*: Uma Introdução teórica e conceitual In: Silva, T. *Identidade e Diferença. A perspectiva de estudos Culturais*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2000.